

A MÃE DO BRASIL É UMA MULHER PRETA: AS AMAS E AS MUCAMAS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Clara de Paula Santana Jamil¹

Isadora Nogueira dos Santos Montenegro²

RESUMO

O artigo propõe uma reflexão sobre as Amas-de-Leite, as Amas Secas e as Mucamas no período da escravização e o papel fundamental da mulher negra na construção e na africanização do Brasil. Fazendo uma interlocução do estereótipo da Mãe Preta e da Doméstica com a subvalorização de trabalhos de cuidado, como o de doméstica, diarista e babás, funções muitas vezes ocupadas de maneiras análogas a escravidão e, predominantemente exercidas por mulheres negras e pardas. O referencial teórico baseia-se em uma concepção feminista interseccional e em Lélia Gonzalez para se discutir o lugar da mulher negra do ontem e do hoje. Destaca-se, também, o Pretuguês como um importante meio de resistência das mulheres pretas escravizadas. A partir da análise histórica e teórica, conclui-se a necessidade do ensino, na educação básica, das amas-de-leite e, principalmente, dos seus mecanismos de defesa e resistência como determinantes para a construção da cultura brasileira, valorizando a mulher negra como aquela que gerou, nutriu e influenciou ativamente na criação da população brasileira, deixando marcas na moda, religião, culinária, música e na língua. Sendo esse ensino essencial para o combate aos estereótipos racistas e para o incentivo da criação de uma boa autoestima de meninas e mulheres negras.

Palavras-chave: Amas-de- Leite, Mãe Preta, Pretuguês, Resistência Negra, Educação Básica.

INTRODUÇÃO

Durante o período da escravização no Brasil, as mulheres negras foram divididas entre o trabalho no eito e as mucamas. As escravizadas do eito eram responsáveis por trabalhos braçais no campo, tendo vida ativa média de 10 anos e recebendo as mesmas funções e explorações do homem negro camponês. As mucamas eram as encarregadas de todas as funções domésticas da casa grande, do acompanhamento em casa e/ou em passeios de sinhás-donas e sinhás-moças e do cuidado dos bebês dos brancos. Havia, também, a diferença de designação entre as Amas-de-leite, que eram as escravizadas no período puerpério, que amamentavam os bebês brancos e as Amas-Secas, que eram responsáveis pelo cuidado das crianças após o período de amamentação. Sendo estas

¹ Psicóloga, Pedagoga e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - ProPEd/UERJ e bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ); psiclarajamil@gmail.com

² Pedagoga/UERJ e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - ProPEd/UERJ e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) isamontped@gmail.com;



encarregadas de diversas funções como higiene, alimentação, vestimenta, educação e até mesmo do amparo afetivo das crianças brancas.

As escravizadas domésticas sofriam com a hipervigilância dos senhores de escravos por estarem em um ambiente com acesso às intimidades da família branca. “Havia também o medo das amas e criadas que conviviam no espaço interno da casa e tinham contato principalmente com as mulheres e crianças da família. Representavam um perigo para a educação, principalmente das filhas dos senhores” (Carula, 2011, p. 202). Apesar de serem incubidas da nutrição física e emocional dos bebês brancos, ainda era esperado que não exercessem nenhum tipo de influência cultural e religiosa, visto que tudo que vinha do continente africano era tipo como inferior, pecaminoso, perigoso e selvagem.

“Foi em função de sua atuação como mucama que a mulher negra deu origem à figura da mãe preta” (Gonzalez, 2020 p. 53). As chamadas mães pretas foram as grandes responsáveis pela africanização da cultura e da língua brasileira, tendo um papel tão importante quanto os escravizados que lutavam através da força, fugas e combates; as mulheres pretas, no ambiente doméstico, foram transmitido histórias, palavras, crenças, receitas, ritmos, hábitos e estéticas africanas. Sendo esses ensinamentos fundamentais para a preservação das culturas africanas na construção do país. Graças a essas mulheres, a influência africana resiste em todos os âmbitos no Brasil: arquitetura, moda, festas, religiões, músicas, receitas, palavras e modos de falar.

As mucamas ou mãe pretas também foram as principais na criação do Pretuguês ou Pretuguês, que Gonzalez (2020) conceitua como o processo de africanização do português falado no Brasil. O modo de falar, a entonação e expressões brasileiras têm grandes influências de línguas de origem africanas, além de várias palavras que foram englobadas no vocabulário nacional, tornando a língua única, muito diferente da proferida pelos colonizadores portugueses. O Pretuguês é uma forte demonstração do lugar primordial das Mães Pretas como pilares fundantes do Brasil, sendo estas as que garantiram a nutrição física, emocional e cultural de toda uma nação.

No período pós-abolição, a realidade dos pretos brasileiros continuou análoga a vivência durante o período de escravização, uma vez que a Lei Áurea (13 de maio de 1888), encubida de abolir a escravidão no Brasil, não veio acompanhada de nenhuma política de ressarcimento financeiro, oportunidades de emprego, de estudos ou de



desenvolvimento social para esta população. Assim, ex-escravizados ficaram em situações de extrema pobreza e desemprego. Além disso, as escassas oportunidades de trabalho que surgiam eram similares às do período escravista, sendo oferecido pela troca de baixos salários ou por moradia e comida.

METODOLOGIA

O presente trabalho, de caráter qualitativo, tem como metodologia a revisão bibliográfica sobre o período de escravização no Brasil, mucamas, amas-de-leite e as domésticas do século XXI. Como interlocução teórica, dialogamos com as contribuições do trabalho de Lélia Gonzalez.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A função de mãe preta ou ama-de-leite preconizava que as mulheres colocassem o interesse e às necessidades da família branca acima do seu bem estar e da sua própria família, colocando as mulheres negras em um jugo de opressão que pouco ou nada se diferenciava deste papel no período pré-abolição. A partir disso, consolidou-se o estereótipo da mãe preta e da doméstica, que ainda reverbera de diversas formas, como na associação da mulher negra aos trabalhos desvalorizados de cuidado, atividades braçais e serviços mal remunerado, perpetuando as ideias de servidão, abnegação e passividade diante da opressão.

Esses discursos e funções provocam a continuidade da superexploração do trabalho e do tempo das mulheres negras no século XXI. Tais problemáticas geram profundas marcas na autoimagem e autoestima de mulheres negras. Os cargos de doméstica, diarista, governanta, cuidadora ou babá, carregam em si o peso da construção e da função escravista das mucamas, amas-de-leite e amas secas. Permanecem tendo como característica o excesso de carga horária, o baixo salário e a consequência das mulheres não conviverem ou cuidarem de seus próprios filhos ou família.

As funções de babá e empregada doméstica são amplamente ocupadas por mulheres pretas e pardas periféricas, reflexo da construção histórica desigual e racista do Brasil, que continua a empurrar pessoas racializadas para contextos de



vulnerabilidade, pobreza e falta de acesso ou de continuidade nos estudos. Segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), de 2022, 98% dos trabalhadores domésticos são mulheres, das quais 67,3% são negras, 75% estão na informalidade e 40% vivem em situação de pobreza — ou seja, com renda de até meio salário mínimo. As péssimas condições de trabalho, o excesso de horas e dias trabalhados, os baixos salários e as violências presentes nessas ocupações denunciam as sequelas de um país fundado sobre o estupro e a exploração do trabalho mulheres pretas e outras mulheres racializadas, como as indígenas.

O racismo no Brasil é marcado pela junção do mito da democracia racial, que afirma não existir racismo no Brasil e pela ideologia de branqueamento, que se refere ao desenvolvimento da subjetividade das pessoas a partir da internalização dos estereótipos racistas e de que os saberes, costumes e estética dos brancos, europeus e ocidentais são superiores (Gonzalez, 2020). E este racismo, infiltrado nas escolas, cria uma espécie de destino autorrealizável. Pois, enquanto os estereótipos afirmam a pré destinação das mulheres negras para o trabalho subalterno, as escolas públicas - sucateadas, subvalorizadas, superlotadas, com profissionais mal remunerados, sofrendo sob processos de privatização e de ideologia da meritocracia - também cumprem o papel de preparar pessoas pretas e pobres para esses cargos, sem abrir expectativas ou oportunidades para a conquista de maiores níveis de educação e de trabalhos intelectuais, de maior remuneração ou de valorização social..

O ensino colonial, que ainda perpassa o mito da democracia racial e valoriza somente os saberes eurocêntricos e brancos, provoca a evasão e o fracasso escolar de crianças negras. Incentivando ambientes hostis, em que o preconceito é naturalizado, estereótipos são mantidos e ofensas são relativizadas. Assim, brancos internalizam a superioridade e negros internalizam a inferioridade, reforçando os pensamentos e manifestações do racismo. Quando falamos de mulheres negras, é preciso, ainda, considerarmos a misoginia enquanto um outro fator de opressão.

A escola se encontra como ambiente essencial para uma formação negativa ou positiva dessas injustiças sociais. Como nos lembra Saviani (2008), a educação pode ser pensada tanto como ferramenta de superação das desigualdades quanto como instrumento de reprodução das mesmas. E isso se revela com clareza nos currículos escolares, que podem ser espaços de libertação, mas também de marginalização. E Silva



(1996), destaca que os currículos têm grande influência nos processos de criação das subjetividades sociais. Sendo então, de grande importância na formação e perpetuação do imaginário social.

Atualmente, a educação brasileira é amparada pela obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira com a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. No primeiro parágrafo desta lei, temos a indicação de uma educação que contemple o estudo da história da África e dos africanos, a trajetória da luta dos negros no Brasil, bem como a cultura negra brasileira e a participação do negro na formação da sociedade nacional, destacando suas contribuições sociais, econômicas e políticas à história do país (BRASIL, 2003, § 1º). É sabido que uma lei, por si só, não resolve as problemáticas profundas e enraizadas por séculos na sociedade brasileira, mas configura-se como um passo fundamental na construção de um país mais justo e igualitário, uma vez que estabelece bases legais para o reconhecimento e a valorização de culturas historicamente postas à margem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres negras pariram e nutriram a população brasileira, às custas de incontáveis violências que são minimizadas pelo mito da democracia racial. Os seus corpos estuprados geraram a miscigenação, os seus ventres criaram toda uma nação, os seus seios alimentaram as bocas de brancos e pretos, para depois, suas mãos cozinhareм a sobrevivência que possibilitou a perpetuação de várias gerações de brasileiros. O intelecto, a fé e a cultura delas fundaram o Pretoguês e a cultura brasileira. As mães do Brasil são a preta e a indígena, visto que foram estas que carregaram o pesado fardo da gestação e criação. Mães que são, repetidas vezes, violadas, marginalizadas e arrancadas do direito de conviver com os próprios filhos para serem forçadas a dar lugar e sustento para o filho do branco.

Para se refletir o papel da mulher negra brasileira, é preciso um estudo integrado e complexo, que considere a interação mútua entre gênero, raça, classe e nacionalidade. Entendendo que cada eixo interfere de uma maneira na construção de suas subjetividades e no lugar que ocupam na sociedade. O feminismo só pode defender a equidade de gênero e a luta contra a misoginia a partir do reconhecimento das diferenças entre mulheres brancas, mulheres indígenas, mulheres negras e mulheres



trans ou sáficas. Pois, uma visão universal de mulher, que considera somente as problemáticas da mulher cis branca de classe média ou alta, cria um movimento que reforça opressões sociais, ao invés de lutar pela libertação dessas mulheres.

Dentre as urgências de criação de políticas públicas para combater os estereótipos de Mãe Preta, a subalternização e a lógica racista de trabalhos de cuidado; a escola apresenta-se como uma importante possibilidade de luta pela transformação desta realidade. O ensino crítico e aprofundado da época escravocrata, enfatizando a resistência negra e o papel das mulheres pretas na construção econômica e cultural do Brasil, permite a promoção da reflexão sobre o racismo, sobre poder e sobre a capacidade intelectual de mulheres negras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Mulheres negras representam 45% do trabalho de cuidados no Brasil. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=471883>. Acesso em: 24/04/2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 27 mai. 2025.

CARULA, Karoline. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em A Mãe de Família. 2011.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos /organização Flávia Rios, Márcia Lima. 1 edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. Edição comemorativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea).

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

